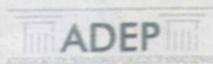


ADEP realiza Campanha de Valorização e Fortalecimento da Defensoria Pública

Fortalecer a Defensoria Pública é fortalecer o cidadão.

Dia 19 de Maio: Dia Nacional da Defensoria Pública.



PRS
031
3227 6021

O presidente da ADEP, Eduardo Generoso, e a vice-presidente, Marolinta Dutra, no lançamento da campanha de valorização

Página 03



Inaugurada nova sede da Defensoria Pública



EDUARDO CYRINO GENEROSO - PRESIDENTE

FORTALECER A DEFENSORIA PÚBLICA É FORTALECER O CIDADÃO!

EXPEDIENTE

O Jornal do Defensor é uma publicação da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP)

Rua Araguari, 358 - Pilotis
Barro Preto-Belo Horizonte-MG
CEP:30.190.110
PABX/FAX:(31)3295-0520
E-mail:adep@uai.com.br

CONSELHO DIRETOR:

Diretor-Presidente
Eduardo Cyrino Generoso
Diretora Vice-presidente
Marolintra Dutra
Diretora Secretária
Júnia Roman Carvalho
Diretora Tesoureira
Maria Helena Campos
Diretor para assuntos Institucionais
Egberto Campos
Diretora Social
Therezinha de Souza
Diretora Cultural
Valéria Ferraz
Suplente
Wanderley Filho
Suplente
Ricardo Vilela

CONSELHO FISCAL

Clóvis Mendes
Umbelina Lopes
Felipe Soledade
Suplente
Maurina de Matos

CONSELHO CONSULTIVO

Inêz Luzia Santos
Alcimar S. Viana
Willer de Castro D. Ferro
Luiz G.S.Miers
Iracema Helena B. Paolucci Amorim
Suplente
Hélio de Almeida Nascimento
Suplente
Márcio Bretas

Jornalista responsável:
Edilma Dias (MG 10.840)
Assistente de redação:
Priscilla Vieira (MG 12.793)

Projeto e Edição Gráfica:
Viveiros Editoração (8872.6080)

Impressão: Fumarc

Ultrapassamos a crise e continuamos firmes em busca do fortalecimento da Defensoria Pública. Em virtude dos efeitos da ADI 3819, foi publicado edital de eleição para o cargo de Defensor Público Geral, que ocorrerá no dia 27 de junho. Seguindo a tradição desde a primeira eleição, no dia 13 de junho, a ADEP realizou debate entre os candidatos para o cargo de DPG. Formada a lista triplíce, esta será encaminhada ao Governador do Estado para nomeação de um dos três candidatos mais votados no pleito eleitoral.

A Campanha Nacional de Valorização da Defensoria Pública foi extremamente positiva e concluída com êxito, tanto no plano nacional, quanto no plano estadual. Em Minas Gerais, realizamos a Semana do Defensor, que teve atendimento externo à população carente, veiculação de *spot* em rádio, campanha de *lightdoor* e *outdoor*, futebol comemorativo, celebração eucarística, café colonial, homenagem às pessoas que contribuíram para a valorização dos Defensores Públicos, lançamento do livro "Defensoria Pública - Legislação Aplicável em Minas Gerais, palestra "Como as histórias dos assistidos nos afetam" do Instituto Mineiro de Psicodrama, sorteios de viagens para associados da ADEP, sorteio de associados para participação no evento "A Saideira - Comida di Buteco", confraternização na ADEP e Reunião Especial na ALMG em homenagem à Defensoria Pública.

Em virtude do dia 19 de maio, a ANADEP realizou jantar comemorativo em Brasília, por onde transitaram importantes personalidades do meio político. As negociações para a aprovação da PEC 144, com algumas emendas de nosso interesse, recomeçaram a caminhar. O PLP 28 passou pela Comissão de Trabalho de Administração e de Direito Público com parecer pela aprovação do Deputado Paulo Rocha (PT-PA) e aguardamos sua distribuição na comissão seguinte. Representando a ANADEP, estivemos no Palácio do Planalto, para a solenidade de sanção da reforma do Código

de Processo Penal.

A melhoria das condições de trabalho é compromisso desta Diretoria da ADEP, e a inauguração do novo prédio da Defensoria Pública em Belo Horizonte torna-se um marco histórico. Voltando ao passado e lembrando as instalações no subsolo do Fórum, depois na casa da Rua Santa Catarina e do "Shopping" na Rua Rio Grande do Sul, é de se reconhecer que a nova sede da Defensoria Pública na Rua Paracatu é um grande avanço. Se ainda não é tudo que mere-

ecemos, é uma boa estrutura, localizada praticamente ao lado do Fórum, com mobiliário, equipamentos, internet, veículos, etc. No interior, algumas comarcas já foram estruturadas, inclusive com internet, e continuaremos a reivindicar que todas as comarcas do interior do estado tenham condições dignas de trabalho.

Após intenso convencimento político sobre a extensão da autonomia da Defensoria Pública, pela primeira vez o projeto de Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO) chegou à ALMG com a Defensoria Pública no mesmo patamar normativo do Ministério Público. É mais um importante avanço em nossa autonomia, decorrente da luta da ADEP e das conquistas legislativas que conseguimos através de árduo trabalho nos últimos 05(cinco) anos.

O momento é de reflexão e responsabilidade. As eleições para o cargo de Defensor Público Geral são de extrema importância. Muitos são os candidatos, o que dará à classe a oportunidade de analisar as diferentes propostas e fazer a sua opção. Não acreditamos em soluções mágicas e sim em um constante trabalho de construção e fortalecimento da Defensoria Pública. Administrar uma Instituição autônoma exige sensatez. Desejamos boa sorte aos candidatos e que a democracia seja exercida de forma plena e em alto nível.

Que os bons ventos continuem a soprar em favor da Defensoria Pública.

Fortalecer a Defensoria Pública é fortalecer o cidadão!

**NÃO ACREDITAMOS EM
SOLUÇÕES MÁGICAS E
SIM EM UM CONSTANTE
TRABALHO DE
CONSTRUÇÃO E
FORTALECIMENTO DA
DEFENSORIA PÚBLICA.
ADMINISTRAR UMA
INSTITUIÇÃO
AUTÔNOMA EXIGE
SENSATEZ.**

19 DE MAIO
DIA NACIONAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA

ADEP lança Campanha Nacional de Valorização da Defensoria Pública

O Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado em 19 de maio, foi marcado em Minas Gerais por uma série de eventos realizados ao longo de uma semana, pela Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG).

Abrindo a programação, a associação lançou no dia 12 de maio, juntamente com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) e Associações Estaduais, a Campanha Nacional de Valorização da Defensoria Pública. "FORTALECER A DEFENSORIA PÚBLICA É FORTALECER O CIDADÃO" é o tema da campanha veiculada em spot de 30 segundos, em emissoras de rádio de todo o país, até 12 de junho.

Em Minas, uma parceria celebrada com a Associação Mineira de Rádio e Televisão (AMIRT) possibilitou a adesão

de cerca de 300 emissoras de Minas Gerais à campanha.

Simultaneamente, foi para as ruas uma campanha de mídia externa (outdoor e frontlight) com o mesmo tema: "FORTALECER A DEFENSORIA PÚBLICA É FORTALECER O CIDADÃO".

Na sequência da programação, houve mutirão de atendimento aos cidadãos pelos Defensores Públicos na Praça Sete, em Belo Horizonte, com ampla cobertura da imprensa mineira; festa de confraternização; palestra; futebol comemorativo; sorteios; missa em ação de graças; homenagens a autoridades; lançamento de livro; coquetel e, fechando as atividades, uma Reunião Especial em homenagem à Defensoria Pública, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Cobertura completa nesta edição do seu Jornal.



FUNCIONÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA LEVAM TROFÉU EM DISPUTA ACIRRADA

A bola correu solta na quadra do Exército, no Barro Preto, dia 13 de maio. Em campo, de um lado, funcionários da Defensoria Pública; de outro, os Defensores Públicos. Partida histórica, pelo caráter comemorativo e pelo resultado do placar: 14x10 para os funcionários.

As duas equipes repetiram uma atividade tradicional das terças-feiras: o futebol que relaxa as tensões, queima calorias e reúne homens que, no dia-a-dia, mal encontram tempo para se falarem. Desta vez, os atletas de ocasião tiveram um incentivo especial. A partida integrava a programação do Dia da Defensoria Pública, comemorado ao longo da semana. Havia uma taça em jogo e todos desejavam ganhá-la.

O Defensor Público Heverton Flávio Ronconi da Rocha, um dos grandes entusiastas da atividade, comemorou a



vitória dos adversários. "O futebol era uma idéia minha e do presidente da ADEP, Eduardo Generoso. Acho bacana

na essa iniciativa de organizar um time de Defensores Públicos e funcionários da Defensoria. Independentemente do

resultado do jogo, o que vale é a confraternização", comentou logo após a partida.

Helbert Bruno Paulino Lourenço, auxiliar administrativo da Defensoria, reforçou a opinião de Ronconi. "Acho muito legal a integração de funcionários administrativos e Defensores Públicos. Quase não temos a oportunidade de estarmos juntos", afirmou, em clima de celebração.

O presidente da ADEP, Eduardo Generoso, um dos incentivadores do futebol semanal, realizado a partir de um convênio com o Exército, ressaltou a importância desse conglamamento dos Defensores Públicos e dos funcionários da Defensoria. "É uma atividade que possibilita diversão e lazer fora do ambiente formal de trabalho. Isso é muito benéfico para as pessoas", disse ele, após a suada partida.

ADEP premia associados da capital e interior

A semana de 12 a 15 de maio foi marcada por uma série de sorteios na sede da ADEP. Os prêmios foram escolhidos a dedo, com a visível intenção de proporcionar lazer, bem-estar e relaxamento aos associados. Mão na cumbuca, Eduardo Generoso sorteou, no dia 12, entradas para a concorrida "A Saideira", do Festival Gastronômico "Comida Di Buteco", realizado em Belo Horizonte, nos dias 17 e 18 de maio.

De Belo Horizonte e região metropolitana foram contemplados os associados Vera Lúcia Melo Santos, Paulo Moreira Ventura, Maria Aparecida Silva, João Pedro da Silveira, Janete Luiz Cunha

Kuhaypt, Mariana Massara R. de Oliveira, Sinval Natal de Paiva, Ana Paula Duarte Chaves, Rosânia Aparecida Chaves e Paula Regina Fonte Boa Pinto.

Do interior de Minas Gerais, os ganhadores foram: Maria Rosa Bento Rodrigues (Uberaba), José Luiz Filó (Ubá), Homero Bastos Neto (Conselheiro Pena), Luiz Fernando S. de Oliveira (Guaxupé), Paulo Osório G. Rocha (Divinópolis). Os defensores mineiros, capitaneados pela vice-presidente da ADEP, Marolinda Dutra e pelas diretoras Júnia Roman e Valéria Ferraz, formaram um dos grupos mais animados do espaço de eventos.

No dia 14, Generoso repetiu



a sessão de sorteio. O prêmio foi uma viagem para Porto Seguro (BA), conquistado pela associada Delma Gomes Messias (Barbacena).

Finalmente, no dia 15, foi sorteado um final de semana na Pou-

sada Carumbé, na Serra do Cipó (MG). Fizeram as malas para a curta, porém benfazeja temporada as associadas Maria Auxiliadora Viana Pinto e Luana Duarte de Carvalho Silva, ambas de Belo Horizonte.

19 DE MAIO
DIA NACIONAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA

DEFENSORES LEVAM ATENDIMENTO ÀS RUAS DA CAPITAL

Nove horas da manhã, dona Nely, 78 anos, é uma das dezenas de pessoas que se enfileiram no quarteirão fechado da rua Rio de Janeiro, na região da Praça Sete, em Belo Horizonte. Soube pelo noticiário de rádio que os Defensores Públicos de Minas realizariam um mutirão de atendimento gratuito na Praça. Foi uma das primeiras pessoas a chegar ao local. Dona Nely buscava alívio para a aflição de sua única filha. O neto, preso por porte de droga, encontra-se na prisão há sete meses. A família não possui recursos para pagar um advogado.

José Belarmino ainda não havia tomado o seu café puro e reunido as ferramentas de pedreiro para sair em busca de trabalho, quando ouviu o repórter do jornal da tevê anunciar que os Defensores Públicos de Minas estariam na Praça Sete, de 9 às 12 horas, prestando atendimento gratuito à população nas áreas de Família, Cível e Criminal. Assustado com a possibilidade de vir a ser preso a qualquer momento, em razão do não-pagamento da pensão alimentícia devida ao filho, o pedreiro desempregado também foi um dos primeiros a chegar a Praça.

Personagens de histórias e dramas diversos, como dona Nely e o Senhor José Belarmino, entraram na fila do mutirão. Ao meio-dia centenas de pessoas haviam passado pelas mesas dos defensores mineiros.

Pensão alimentícia, separações e direitos do consumidor foram os casos mais comuns,



Fotos: ASCOM DPMG

registrados durante o atendimento público.

Satisfeito com os resultados da ação externa, o presidente da ADEP-MG, Eduardo Generoso, entende que "o mutirão aproxima os defensores públicos da população e o grande número de pessoas que comparece demonstra a importância da Defensoria Pública para o cidadão que não pode pagar um advogado".

O mutirão de atendimento público foi realizado nas capitais do País, orientado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep), como parte da Campanha Nacional de Valorização da Defensoria Pública.



JURISPRUDÊNCIA

Resp 912849 / RS
RECURSO ESPECIAL
2006/0279457-5

Relator(a)
Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Órgão Julgador
T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento
26/02/2008

Data da Publicação/Fonte
DJ 28.04.2008 p. 1

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. DEFENSORIA PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA. ART. 5º, II, DA LEI Nº 7.347/1985 (REDAÇÃO DA LEI Nº 11.448/2007). PRECEDENTE.

1. Recursos especiais contra acórdão que entendeu pela legitimidade

ativa da Defensoria Pública para propor ação civil coletiva de interesse coletivo dos consumidores.

2. Esta Superior Tribunal de Justiça vem-se posicionando no sentido de que, nos termos do art. 5º, II, da Lei nº 7.347/85 (com a redação dada pela Lei nº 11.448/07), a Defensoria Pública tem legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar em ações civis coletivas que buscam auferir responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

3. Recursos especiais não-providos.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki, por unanimidade, negar provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr.

Ministro Relator. Os Srs. Ministros Francisco Falcão (voto-vista), Teori Albino Zavascki (voto-vista) e Denise Arruda votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Luiz Fux.

Noite de homenagens na sede da ADEP

Em evento prestigiado por autoridades, personalidades e Defensores Públicos mineiros, Eduardo Generoso presidiu na noite do dia 19 de maio solenidade em homenagem a pessoas e entidades que, ao longo dos anos, contribuíram para o engrandecimento da Defensoria Pública. Entre os agraci-

ados, um emocionado ex-governador Francelino Pereira, personagem de fundamental importância na criação da Defensoria Pública em Minas Gerais.

Homenageados

José Cyrillo Ferreira recebeu a distinção como representante dos Defensores Públicos. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) esteve presente na pessoa do deputado Lafayette Andrada, representando o presidente, deputado Alberto Pinto Coelho, que cumpria agenda fora do Estado. A homenagem foi também para o ex-governador Francelino Pereira, que esteve à frente do Poder Executivo de Minas Gerais de 1979 a 1983. Francelino editou o Decreto nº. 21.453 de 11 de agosto de 1981, que pioneiramente normatizou a exis-

tência da Defensoria Pública em Minas. O deputado federal Bonifácio José de Andrada, ex-secretário de Interior e Justiça no governo de Francelino, reconhecido como um paladino da Defensoria Pública e peça-chave em sua criação, por meio do decreto de 1981, foi outra autoridade homenageada. Também foram reverenciados o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), Nelson Missias de Moraes; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representada pelo vice-presidente Luís Cláudio da Silva Chaves; o líder comunitário Cristiano Silva, "o Cris do Morro", representando a sociedade civil; Livraria Del Rey, na pessoa de seu diretor-presidente Arnaldo Oliveira; o Desembargador Francisco de Assis Figueiredo; o

Procurador de Justiça, Flodesmit Riani; Fádua Hamdan Bayão, representada por Glauco David de Oliveira. Os jornalistas mineiros foram representados pelo presidente eleito do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Aloísio Moraes Martins.

Na mesa da solenidade, além do presidente da ADEP, Eduardo Generoso, sentaram-se o Defensor Público-Geral em exercício, Varlen Vidal, e Marcelo Tadeu de Oliveira, Corregedor-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais.

A vice-presidente da ADEP, Marolinta Dutra, vê nas homenagens uma forma de reconhecimento às pessoas e entidades que, em vários momentos, contribuíram, de alguma forma, com a Defensoria Pública e com a luta

dos Defensores Públicos em busca da valorização. "Todos os homenageados têm grande destaque no mundo jurídico, político e social. A aproximação com essas pessoas e com as entidades que representam também contribui para o fortalecimento da Defensoria Pública", afirma.

Fotos: Divulgação



Retrato de Glauco David integra galeria da sede da ADEP Inaugurado no dia 19 de maio, o retrato do ex-presidente da ADEP, Glauco David de Oliveira Sousa (centro), é o décimo segundo na Galeria da sede da instituição. A solenidade de inauguração ocorreu paralelamente à noite de homenagens a autoridades que contribuíram para o fortalecimento da Defensoria Pública de Minas Gerais.



Psicólogos ministram palestra para Defensores Públicos

As comemorações do Dia Nacional da Defensoria Pública reservaram aos associados da ADEP boas surpresas. Uma delas foi a palestra realizada no dia 16 de maio, na sede da entidade, com o tema: "Como as histórias dos assistidos nos afetam". Os psicólogos Daniel Gabarra e Ricardo Jaenicke, do Instituto Mineiro de Psicodrama (IMPSI), de Belo Horizonte, conduziram a atividade.

Defensores Públicos relataram experiências vivenciadas no cotidiano profissional e participaram de uma encenação bem humorada de um caso pinçado entre tantos que povoam o universo desses profissionais, comumente às voltas com cidadãos em situação de estresse permanente e alto grau de ansiedade.

Os psicólogos passaram informações que visam facilitar a

melhoria no atendimento aos assistidos e na busca de solução na relação defensor-assistido.

A palestra serviu também como um espaço de troca de informações entre os Defensores Públicos sobre os diversos atendimentos aos assistidos no dia-a-dia.

O IMPSI, Associação de Ensino e Pesquisa Psicodramática, presta serviços à comunidade com atendimento clínico, individual e em grupo. Os profissionais do Instituto propuseram a formação de grupos de até 20 defensores para um curso teórico vivencial de seis semanas, organizados em encontros de duas horas.

Os custos deverão ser parcialmente cobertos pela ADEP-MG. Interessados devem inscrever-se com Alessandra Ferreira, na recepção, ou pelo telefone 3295.0520.



Fotos: Divulgação

MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS

O dia 20 de maio foi marcado por uma cerimônia cristã e, mais uma vez, pelo clima de confraternização. Associados estiveram reunidos na sede da ADEP em torno de uma celebração em ação de graças pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado no dia anterior.

O padre e professor do curso de Direito da Faculdade Dom Helder Câmara, Henrique de Moura Faria, abriu a cerimônia orando a Deus pela união dos Defensores Públicos e pelo fortalecimento da Defensoria Pública. O que significa, em suas palavras, o fortalecimento do cidadão menos favorecido. "Os defensores públicos trabalham

com a defesa dos cidadãos carentes. É necessário que haja união, força, coragem e alegria sempre", afirmou o padre após a celebração.

Destacando a importância desse órgão público para cidadãos menos favorecidos, o padre disse que "a Defensoria Pública tem um papel muito importante na sociedade porque representa a justiça aos carentes e aos excluídos. Que os defensores continuem essa missão e lutem para que a profissão deles seja reconhecida pelo Estado e pela população", enfatizou.

Após a cerimônia, foi servido aos presentes um Café Colonial.



ADEP e Editora Del Rey lançam livro de Legislação aplicável à Defensoria Pública de Minas Gerais



O novo lançamento da Livraria Del Rey, *Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - Legislação Aplicável*, que chega ao mercado em segunda edição, é resultado de uma parceria entre editora e ADEP-MG.

Lançado no dia 19 de maio, durante solenidade na sede da entidade, a obra contém as principais normas referentes à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, nos planos estadual e federal. Também faz parte do livro o Estatuto da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Segundo Arnaldo Oliveira, diretor-presidente da Del Rey, o livro tem grande alcance. "Trata-se de uma obra voltada não

só para os estudantes de Direito, como também para os magistrados, membros do Ministério Público e àqueles que têm interesse de ingressar na Defensoria Pública", afirma Oliveira.

De acordo com Fernando Calmon, Defensor Público do Distrito Federal e Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), que assina o comentário de orelha do livro, a publicação se revela como "mais um competente instrumento a contribuir com a divulgação e o conhecimento da Defensoria Pública do Brasil".

Os associados poderão conferir a obra que já lhes está sendo enviada pelos Correios.

19 DE MAIO
DIA NACIONAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA

HOMENAGEM EM PLENÁRIO

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) também aderiu ao espírito de comemoração da ADEP e reservou a segunda-feira, 26 de maio, para uma homenagem especial à Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG).

A Reunião Especial, requerida pela Deputada Estadual Rosângela Reis, a pedido da ADEP, foi realizada no Plenário Juscelino Kubitschek da ALMG. Vários deputados estaduais subcreveram o requerimento.

Sensível ao trabalho desses abnegados profissionais, a deputada Rosângela Reis lembrou que valorizar a Defensoria Pública é valorizar também os cidadãos mineiros. "É valorizar aquele mais necessitado nas suas comunidades". Em seu discurso, parabenizou a atuação do presidente da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP), Eduardo Generoso, e elogiou o trabalho do ex-defensor público-geral, Leopoldo Portela Júnior à frente da DPMG.

O deputado Doutor Viana (DEM) e Rosângela Reis entregaram ao Defensor Público-Geral em exercício, Varlen Vidal, placa em homenagem à Defensoria Pública, com os seguintes dizeres: "Nobre e valoroso é o trabalho daqueles que, de modo infatigável, se dedicam ao compromisso de assistir os mais necessitados, abraçando a causa da inclusão social e da democratização do acesso a Justiça. Um trabalho repleto de obstáculos e desafios, mas de vital importância para a ampliação da cidadania. A homenagem e o reconhecimento da Assembléia Legislativa de Minas Gerais à Defensoria Públi-



Fotos: ASCOM DPMG

ca do Estado pelo excelente serviço prestado à sociedade mineira".

Varlen ressaltou a necessidade de reestruturar a Defensoria Pública e fortalecer as parcerias da DPMG com a ALMG e o Governo do Estado. "Devemos apresentar ao Governo do Estado o nosso pro-

jecto de expansão, incluindo a questão salarial, pois nenhum projeto resistirá à acentuada migração de defensores públicos para outras carreiras".

À mesa da solenidade sentaram-se, além do vice-presidente da Assembléia, Dr. Viana, e da deputada Rosângela Reis, autora do requeri-

mento, o deputado e Defensor Público aposentado, Ademir Lucas; o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Fernando Calmon; o presidente da Associação dos Defensores Públicos (ADEP), Eduardo Generoso; o chefe da Defensoria Pública da União em Minas, Alysso Paixão e o corregedor-geral da DPMG, Marcelo Tadeu de Oliveira.

Satisfeito com a distinção conferida pela Casa, Eduardo Generoso, presidente da ADEP, afirmou que "a homenagem consolida a boa relação dos Defensores Públicos com o Poder Legislativo".

O grupo de rap Mente Fria, do Aglomerado Santa Lúcia (Belo Horizonte), a convite da ADEP, encerrou a solenidade, interpretando um de seus temas intitulado "Boa Sorte".



Fotos: ASCOM DPMG

Deputado Doutor Viana, Defensor Público Geral em exercício, Varlen Vidal e Deputada Rosângela Reis

Defensor Público fala sobre Estatuto do torcedor em emissoras de rádio

Aprovada em 2003 pelo Congresso Nacional e sancionada no dia 15 de maio do mesmo ano pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei Ordinária nº 10.671 que estabelece uma série de normas para garantir que os espetáculos esportivos possam ser desfrutados com tranquilidade, completou cinco anos no dia 15 de maio.

Paixão nacional, o futebol leva milhares de pessoas aos estádios. O grande problema é que até a criação do estatuto, os torcedores não tinham seus direitos reconhecidos. Não havia uma legislação que lhes assegurasse o respeito devido, como pessoas, como cidadãos e como apreciadores do esporte. A Lei nº 10.671, de 2003, aprovada pela Câmara dos Deputados e

sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio preencher essa lacuna.

Dispor de um estatuto é bom, mas não é tudo. É indispensável exigir a sua aplicação, requerer o seu cumprimento. Geralmente, o torcedor que tem o seu direito desrespeitado, não tem condições de bancar um advogado para exigir os seus direitos. Aí, entra o trabalho da Defensoria Pública,

entidade que atende a todos que não têm como se defender diante da Justiça.

No dia 15 de maio, o representante da Defensoria Pública junto à COMOVEC-Comissão de Monitoramento da Violência nos Eventos Esportivos e Culturais, Defensor Público Heverton Flávio Ronconi, concedeu entrevistas, de grande repercussão, às rádios Itatiaia e Inconfidência. Ouvintes dos programas — ambos esportivos, que ainda desconheciam a existência e o conteúdo do estatuto, vibraram com a informação.

Dia Nacional da D

No calendário oficial 19 de maio é Dia Nacional da Defensoria Pública. Para os Defensores a data estendeu-se por duas semanas com extensa programação. Trabalho, lazer e confraternização em homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais à Defensoria Pública. Def



Defensoria Pública

res Públicos mineiros, em clima de campanha pelo fortalecimento da Defensoria Pública a
aternização foram a tônica da temporada iniciada no dia 12 e encerrada no dia 26, com a
ensores da capital e do interior prestigiaram a programação organizada pela ADEP.



Fotos: ASCOM DPMG/ADEP/MG

Meninos, eu vi!

DEFENSOR PÚBLICO RECÉM-APOSENTADO, JOSÉ CYRILLO FERREIRA

bre aquele advogado nomeado pelo juiz. Então, foi na área criminal que se fez a primeira necessidade de normatizar na Constituição Federal a função do defensor público.

“O ESTADO DÁ UM MÍSSIL E UMA METRALHADORA AO PROMOTOR DE JUSTIÇA E DÁ AO DEFENSOR PÚBLICO UMA GARRUCHA DE DOIS CANOS ENFERRUJADA.”

Foi nessa hora que o grande grito contra a injustiça se fez. Eu tenho uma tese e nesse ponto Aristóteles tem razão. O meu Estado que paga ao Ministério Público 22 mil reais, paga a um defensor público 6 mil e 500 reais! Isso agora, porque antes era muito menos. Então o Estado dá um míssil e uma metralhadora ao promotor de justiça e dá ao defensor público uma garrucha de dois canos enferrujada!

Eu vi diversos governadores e meu amigo particular a quem muito devo que é o Rondon Pacheco falarem em justiça social. Um dia desses vi na televisão, no Canal Quatro, Aloísio Campos da Paz, diretor do Hospital Sarah Kubitschek, dizer que, sem igualdade, oportunidade e sem justiça social o mundo está perdido. A consciência humana clama por justiça, por igualdade.

Eu já ouvi juiz me dizendo “doutor, assume esse caso porque o réu está fadado à condenação”. Já vi promotor de justiça dizendo “olha, eu vou dizer isso aqui, mas você não fala na tribuna não: esse réu vai ser condenado. Se ele fosse rico, ele seria absolvido”. Eu assisti isso tudo.

Um dia, em pleno júri, eu

pedi ao juiz de direito Marco Aurélio Pelegrino, uns dos juízes mais brilhantes do estado de Minas Gerais, a dissolução do conselho de sentença porque eu estava fraco de defesa. Ele respondeu:— Olha, doutor, jamais farei isso, porque não é isso que estou ouvindo”. O réu foi absolvido por 5 a 2.

Eu tenho consciência da necessidade que eu tenho de dar ao carente o cumprimento do meu dever. Saio da Defensoria Pública não satisfeito com o que fiz, insatisfeito com o que eu podia fazer e não fiz, por falta de tempo, falta de instrumento e de estruturação.

“O TRABALHO DA ADEP JUNTO AOS SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS, BUSCANDO APOIO POLÍTICO PARA DAR AO CARENTE UM DEFENSOR, TEM SIDO BRILHANTE”.

É em nome da igualdade, agradecendo emocionado a essa oportunidade que eu tive de falar — porque a ADEP, de oito anos para cá, passou a me proporcionar a oportunidade de falar, que eu digo: o trabalho da ADEP junto aos senhores deputados estaduais, criando apoio político para dar ao carente um defensor, tem sido brilhante.

O trabalho dos deputados estaduais e federais em prol da Defensoria também tem sido edificante. Não é um trabalho eleitoral, feito em época de eleição. É um trabalho constante. Eu sei que essa luta é difícil porque eu a vi com os magistrados e com os promotores do estado de Minas Gerais. Eu agradeço sensibilizado esta homenagem.



Foto: Divulgação

Noite de homenagens a autoridades na sede da ADEP. Foram poucos os discursos. Entretanto, o brilhantismo e a erudição de uns, a humildade e o carisma de outros prenderam a atenção da platéia formada por Defensores Públicos e outras autoridades de vários setores e escalões. Comovente o discurso rápido e claro do ex-governador Francellino Pereira, um dos responsáveis pela criação da Defensoria Pública em Minas Gerais. Aos 87 anos, lúcido, Francellino resgatou um pouco de sua história de rapaz pobre, que chega do Piauí e é acolhido por uma Belo Horizonte que o elege vereador, deputado federal, governador do estado e, por último, senador. Mas o Jornal do Defensor pede licença ao nobre Francellino e toma de empréstimo as palavras de um dos mais antigos defensores, José Cyrillo Ferreira. Aos 70 anos, 42 dedicados ao Direito, Cyrillo tem no curriculum experiência de promotor-adjunto (1972/1978), duas vezes presidente de subseção da OAB, em ambas eleito por unanimidade. Este homem que celebra a oportunidade que teve de trabalhar com juízes brilhantes, diz ter profundo orgulho de ser defensor. “Acho que é a profissão mais edificante de todas elas”. Reproduzimos, abaixo, trechos de seu discurso e de entrevistas que ele foi concedendo ao longo do coquetel que se seguiu à solenidade, ansioso que estava por repassar, aos jovens defensores, histórias, conhecimento e opiniões que considera dignas de serem compartilhadas.

Eu jamais pensei em minha vida que um dia seria homenageado em uma solenidade que

tivesse o governador Francellino Pereira. Jamais pensei algo assim, aquele governador, cujo Secretário de Justiça era Dênio Moreira, que fez a nossa primeira lei que normatizou a Defensoria Pública.

Sou um mineiro simples de Carangola, Minas Gerais, terra dos ministros do Supremo. Terra da juíza Denise Frossard e um velho um pouco atrevido. Aristóteles dizia que os velhos são muito reticentes e que os velhos não têm a coragem dos homens. Mas Sócrates dizia que os velhos têm coragem e prudência e quando os estados antigos entravam em declínio os velhos eram chamados para socorrê-los.

Há uma camada de jovens entrando na Defensoria e essa camada não pode esquecer do trabalho dos antigos obreiros que, junto à grande Assembleia do Estado de Minas Gerais, solidificaram e edificaram essa Defensoria que está caminhando.

Eu vi o Ministério Público e a Magistratura passarem pelo que a Defensoria vem passando. E vejo a luta da ADEP e dos associados para conseguir esse galardão com o apoio da Magistratura e do Ministério Público, principalmente com o apoio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Uns tempos atrás, um juiz de Espera Feliz me ligou e me pediu uns dados sobre a Defensoria Pública. Eu me socorri com uma juíza de Direito. Ela me forneceu sua coleção do José Cartela Júnior com detalhes da Constituição Federal. E lá dizia, no artigo 134, que a Defensoria Pública foi criada porque antes o promotor de justiça sempre brilhante e bem preparado levava a melhor so-

De volta às urnas



Fotos: Divulgação

Defensores Públicos mineiros elegem novo Defensor-geral no dia 27 de junho. A votação, em Belo Horizonte, inicia às 9h e encerra às 18 horas, na Sede da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Os votos do interior serão computados até o encerramento do processo eleitoral.

A Comissão Eleitoral que vai conduzir o processo foi indicada pelo Conselho Superior e é constituída por cinco membros titulares e dois suplentes, todos Defensores Públicos, cabendo a presidência a um Defensor de Classe Especial. O Defensor Pú-

blico-Geral será escolhido entre os candidatos, também Defensores Públicos de Classe Especial, que tenham mais de cinco anos de carreira e, no mínimo, 35 anos de idade, que serão indicados, em lista tríplice, pelos integrantes da carreira.

Os candidatos

Treze Defensores Públicos se inscreveram para concorrerem ao cargo. São eles: Andréa Abritta Garzon Tonet, Madep 0089; Belmar Azze Ramos, Madep 0070; Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, Madep 0165; Cló-



vis Mendes Peres, Madep 0015; Édina Serra Fratani, Madep 0088; Egberto Campos Batista, Madep 0036; Evaldo Gonçalves da Cunha, Madep 0213; Gustavo Corgosinho Alves de Meira, Madep 0173; Horácio Vanderlei Tostes, Madep 0097; José de Avellar Calvet Neto, Madep 0258; Luiz Antônio Barroso Rodrigues, Madep 0076; Ma-

ria Auxiliadora Viana Pinto, Madep 0007; Ricardo Sales Cordeiro, Madep 0196.

Na quinta-feira, 12 de junho, José de Avellar Calvet Neto apresentou renúncia. Doze candidatos continuaram no páreo.

Processo democrático

A eleição da lista tríplice será feita pelo voto plurinominal, obrigatório, direto e secreto de todos os membros da Defensoria Pública em exercício, sendo vedado

o voto por meio de procuração. Serão incluídos na lista os três candidatos mais votados, em ordem decrescente de votação. Em caso de empate, prevalecerá o mais antigo defensor.

Debate

Conforme vem fazendo desde a primeira eleição, ocorrida em 2003, a ADEP realizou no dia 13 de junho, no auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais, um debate entre os candidatos ao cargo de Defensor Público-Geral.

Os doze candidatos inscritos foram convidados a participar. A defensora Édina Serra Fratani não compareceu ao debate. Apresentou justificativa para sua ausência.

Convênios

Bem Viver - Terapias Integradas

Rua Paracatú, 822 Barro Preto
Belo Horizonte
Telefone: (31)3335-2983

Belalúcia Amaral Decoradora

Rua Coronel Pedro Jorge, 200/301 Prado
Belo Horizonte
Telefones: (31)3378 1056/ (31)9216 5201

CAD - Centro de Atualização em Direito

Rua Paraíba, 1352 Sl. 301
Savassi - Belo Horizonte
Telefone: (31)3282-3352 / (31)3284-7192

Clínica de Psicologia

Rua Tenente Brito Mello, 1355 Sl. 02
Santo Agostinho - Belo Horizonte
Telefone: (31) 2555-0605

Farmácia de Manipulação Galgani

Rua Maranhão, 223
Santa Efigênia - Belo Horizonte
Telefone: (31)3241-7971

Gallahair - Salão de Beleza e Estética

Rua Timbiras, 2213
Lourdes - Belo Horizonte
Telefone: (31)3291-5240

GLOBAL Adviser Corretora de Seguros

Telefone: 3262 0477 - www.globalladviser.com.br
Contato: Fábio Carvalho

Greenwich Schools

Rua Michel Jeha, 50 São Bento
Belo Horizonte Telefone: (31)3245 1399

Hotel BH Palace

Av. Augusto de Lima, 1147 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31) 3330 6500

Hotel Royal Center

Rua Rio Grande do Sul, 856 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31)2102 0000

Instituto de Beleza Specchio

Rua Araguari, 358/01 - Barro Preto
Telefone: (31) 3292 4290

Laboratório de Eletrônica High-Tech LTDA

Rua Érico Veríssimo, 2300
Santa Mônica - Belo Horizonte
Telefone: (31)3452-7778

Livraria Del Rey Editora Ltda

Rua Goitacazes, 71 - Centro
Belo Horizonte Telefone: (31)3274 3340

Lokamig Rent a Car

Av. do Contorno, 8639 Gutierrez
Belo Horizonte Telefone: (31)3349 8990
Contato: Janete

Margaret Vaz - Massagem e Reiki

Telefone: (31) 9181 2998 / (31) 3481 5090
Atendimento Sede ADEP-MG
(marcar com antecedência)

Minas Brasil Seguradora

Rua Timbiras, 2928 - Barro Preto - Belo Horizonte
Telefone: (31) 3048 5574 / (31)9134 3753

MP Cred - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público de MG

Rua Timbiras, 2928 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31)3048 5574

Núcleo de Acupuntura e Terapia Bioenergética

Consultas, Acupuntura, Shiatsu, Tuiná, Fisioterapia, Terapia, Nutricionista, Masoterapia, Reike, etc.
Rua dos Otoni, 909, sl. 903, Ed. Medcenter - Santa Efigênia - Belo Horizonte
Telefone: (31) 3273 0500/(31)9191-7372

OAB Saúde / UNIMED Plano de Saúde

Rua Ouro Preto, 67 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31) 2103 1638 / 2103 1600 / 2103 1606

Ótica LaPATRICIA

Av. Brasil, 80 Santa Efigênia
Av. Brasil, 685 São Lucas - BH SHOPPING

Porcão Belo Horizonte

Av. Raja Gabaglia, 2985 - São Bento
Belo Horizonte Telefone: (31) 3293 8787
Contato: Pollyanna

Pousada Bárbara Bela Ltda

Rua Herculano José dos Santos, 67 Tiradentes MG
Telefone: (32) 3355 2345 Contato: Cibele

Restaurante Com Sabor

Rua Ouro Preto, 332 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31)3295 4563

Restaurante Manjar Supremo

Rua Ouro Preto, 338 - Barro Preto
Belo Horizonte Telefone: (31)3291 9244

Wizard BH Savassi

Rua Tomé de Souza, 810 3º andar Funcionários
Belo Horizonte Telefone: (31) 3261 2110

Revolução da consciência

(*) ANA CLÁUDIA DA SILVA ALEXANDRE

Fotos: Divulgação



Vamos à Cuba. Nem tudo é o que parece ser. A mistura de ideologia e realidade: liberdade controlada, socialismo mercantil levantam à minha frente o grande paradoxo de "la revolución". A espécie humana ainda recorre à liberdade vigiada, para fugir de si mesma. Respeitamos muito pouco a nossa própria espécie. Discutir violência em um mundo que legitima suas desigualdades na legalidade estrita de orçamentos não compartilhados é o mesmo que discutir liberdade em um mundo que estabeleceu dois mundos: o da rica matéria organizada e limitada por cinturões de forças protetivas, pois frágeis diante de um mundo violento, e o da matéria naturalmente rica e limitada, pois, submetida a um mundo desprotegido. Facetas da desigualdade. Qual será o caminho da justiça: o reconhecimento da espécie e o desenvolvimento das suas potencialidades por ela

mesma, ou o encavernamento das necessidades, conformadas em um teatro de inexistência covarde?

SÉCULO XXI, A
DESVALORIZAÇÃO
DO DÓLAR NÃO SOLUCIONA
OS CONFLITOS DA CONVIVÊNCIA
DIFÍCIL ENTRE OS SERES DA
ESPÉCIE HUMANA, EQUIPARADA
A LOBOS PREDADORES, APESAR
DE TODO O PERCURSO
POSSÍVEL DENTRO DA CADEIA
ALIMENTAR.

Pergunto a um simples cidadão Cubano: como são suas prisões? A resposta vem rápida: estão superlotadas. Algumas penas tem sido abrandadas,

pois, não há lugar para tanta gente nas prisões. Estas são de péssima qualidade. Pergunto, ainda: o Estado contrata profissionais para promover a defesa destas pessoas? Sim, responde, mas estas pessoas são vistas como "enfeites", ninguém acredita nelas.

Século XXI, a desvalorização do dólar não soluciona os conflitos da convivência difícil entre os seres da espécie humana, equiparada a lobos predadores, apesar de todo o percurso possível dentro da cadeia alimentar.

Passeio pelo Malecon. É fácil esquecer as idiosincrasias humanas diante da cor prateada do mar. Retratos de Hemingway.

Vejo a colega defensorar com dignidade: um mundo sem violência necessita de igualdade substantiva. As nobres colegas cubanas elegem o simbólico como arma no combate à violência de gênero. Como caber num corpo que não é seu?

"PERGUNTO A UM SIMPLES
CIDADÃO CUBANO: COMO SÃO
SUAS PRISÕES? A RESPOSTA
VEM RÁPIDA: ESTÃO
SUPERLOTADAS. ALGUMAS
PENAS TÊM SIDO ABRANDADAS,
POIS, NÃO HÁ LUGAR PARA
TANTA GENTE NAS PRISÕES.
ESTAS SÃO DE PÉSSIMA
QUALIDADE"

Na placa, a foto de um jovem revolucionário. Palavras tênues, ternas significações. De um amigo, antes de ir, ganhei um presente, a fala do jovem médico de nome Che. Um convite a uma leitura interdisciplinar da realidade. Como projetar a arquitetura das leis a favor da espécie humana. Dizia ele: "Um ponto pode ser consciente ou inconsciente, dois pontos formam uma reta consciente ou inconsciente, três pontos formam um polígono consciente ou inconsciente, que pode significar o projeto de uma escola, uma fábrica, uma praça, um bairro, uma cidade, consciente ou inconsciente. A régua T é a metralhadora do arquiteto na América latina."

Arquitetura social: que viva a revolução da consciência.

* A Defensora Pública Ana Cláudia da Silva Alexandre, membro do Conselho Superior da Defensoria Pública, esteve em Havana-Cuba, participando da II Conferência Internacional sobre "Mujer, género e derecho", promovida pela União Nacional dos Juristas de Cuba entre os dias 15 a 17 de maio, acompanhando a palestrante Umbelina da Consolação Lopes, que proferiu a palestra "Violência doméstica no Brasil - um panorama sobre a Lei Maria da Penha".



Raio X: a realidade tem as mesmas cores em todo país



Alysson Paixão, chefe da DPU em Minas Gerais

Dificuldades e luta pelo reconhecimento e fortalecimento da Defensoria Pública não são exclusivos de Minas Gerais. De acordo com o Defensor da União, Dr. Alysson Paixão, a situação é geral. Faltam defensores, sobram demandas em praticamente todo o País. Atento aos últimos acontecimentos em Minas Gerais, Alysson afirma que os Defensores da União torcem para que a solução das causas da Defensoria Pública em Minas seja de acordo com as necessidades não só do Órgão, mas também da população, que precisa de uma instituição forte e valorizada.

Em relação à questão estrutural, o defensor admite que os profissionais da União enfrentam situação idêntica à dos colegas do estado mineiro. "É lógico que diante das atribuições da Defensoria Pública da União, o número de defensores que seria necessário não seria proporcional à quantidade desejada para a Defensoria do Estado", diz ele.

Alysson Paixão observa que, em razão da interiorização da Justiça Federal, onde já funcionam 16 subseções judiciárias, só há defensores federais em Juiz de Fora. Nos outros 15 municípios dotados de subseções não há Defensor Público da União. "Em Belo Horizonte, nós temos 14 cargos, o que não atende à necessidade da grande BH, visto que a atribuição da Defensoria Pública da União não se restringe apenas à Justiça Federal".

Os Defensores Públicos Federais atuam também perante a Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. Alysson comenta, ainda, que, em razão do número reduzido de profissionais, eles atendem pelo princípio da reserva do possível.

Em Juiz de Fora, os Defensores da União atendem à Justiça Militar Federal, o que, em razão do rito, prevê a necessidade da presença do defensor durante uma tarde inteira, com possibilidade de realização de audiência. "Isso nos impede também de aprimorar o trabalho da própria Justiça Federal, da própria Justiça do Trabalho", enfatiza Alysson Paixão.

O Defensor da União afirma que estão em luta junto ao governo, junto aos parlamentares federais mineiros e outros, mostrando, por meio do trabalho diário, a importância da Defensoria Pública da União também para a con-

cretização do acesso à Justiça. "Enfrentamos um movimento paredista onde não foi legada à Defensoria Pública a valorização remuneratória que era necessária. Estamos ainda negociando com o governo para que esta valorização exista, para evitar que a Defensoria Pública seja apenas uma carreira de passagem. Que seja uma carreira de defensores que estejam voltados para a construção da instituição e que a sociedade tenha esse acesso à justiça", finalizou.

Em Minas, a arte do desdobramento

Luís Fernando Silva Oliveira é Defensor Público e atua na Comarca de Guaxupé. Provida de três varas, a comarca conta com um único defensor: Luís Fernando. O profissional chegou a essa cidade há menos de três meses e tenta suprir a lacuna deixada pela ausência de dois outros defensores. "A demanda é grande. A comarca precisa e a população necessita muito da assistência da Defensoria Pública. É imperativo que se tenha mais defensores trabalhando", sentença.



Luis Fernando Silva Oliveira, da Comarca de Guaxupé

Oliveira contabiliza o déficit da região do sul de Minas. De acordo com ele, o município de Passos necessita de oito a nove defensores, e existem apenas três trabalhando. Pratápolis não tem nenhum, assim como Jacuí e Nova Resende. "Todas as comarcas do sul, sudoeste de Minas estão necessitando muito e nós esperamos que sejam implementadas essas vagas em curto período de tempo", atesta o defensor.

A esperança de Luiz Fernando está no próximo (6º) concurso, que já tem comissão formada e prevê a abertura de 150 vagas para defensores públicos. "Esperamos que sejam providas as 150 vagas que a comissão está abrindo", diz ele.

Para explicar o "milagre da multiplicação" que vive em Guaxupé, diante de toda a enorme demanda, Luís repete o refrão ouvido em toda a parte: "Na realidade, o defensor público tem que se desdobrar para conseguir fazer todo o trabalho na Comarca de Guaxupé. Estou fazendo o serviço mais importante no momento, que é cuidar das exe-

cuções penais, das matérias relativas à Infância e Juventude e da área criminal. Se for para a Defensoria assumir tudo, será humanamente impossível sem que sejam providas as duas outras vagas de lá.

A fila anda

Na Comarca de Ribeirão das Neves, uma das mais atípicas do Estado, por se tratar de uma área que abriga vários presídios e milhares de reeducandos, a situação é um pouco melhor: lá são nove Defensores Públicos. Um deles é Gleidson Agostinho Pereira. Cinco deles vieram do último (5º) concurso. Os demais vieram de concursos anteriores.

Embora à primeira vista tenha-se a impressão de que a situação é confortável, Gleidson afirma que a demanda é enorme e os nove defensores necessitam se organizar para atender às varas cíveis e criminais e, principalmente, à execução criminal.

Os Defensores formam quase que uma exceção dentro de um cenário pontuado por restrições. Eles têm até o que comemorar. Pereira conta que foi implantado recentemente, na área cível, o sistema de núcleo de petições iniciais. "Diminuiu bastante a fila de atendimento", finaliza.

Outros olhos

Presidente da ADEP em dois mandatos (2003 e 2007), o Defensor Público Glauco David de Oliveira Sousa é otimista quanto os rumos que vem tomando a Defensoria Pública. Sousa avalia que em seus dois mandatos a ADEP contribuiu para a concretização de conquistas importantes para a classe. Numa rápida retrospectiva, Glauco enumera os fatos. "Foi aprovada a autonomia da Defensoria Pública e entramos no teto de remuneração do Judiciário. Estreitamos nossos laços nacionais e integramos a fundação do Bloco de Defensores do Mercosul e da Associação Interamericana de Defensorias Públicas, sedimentando o fortalecimento da Instituição". O ex-presidente lembra ainda que, em Minas Gerais, lideramos duas greves históricas, os vencimentos praticamente dobraram e foram realizados dois concursos públicos, depois de anos de archo. Outra conquista desse período foi o ordenamento jurídico da Defensoria Pública que, segundo Glauco, foi aperfeiçoado e começou a sua estruturação. Positivo também, em sua opinião, foi o crescimento no quadro de associados. Para Glauco, a entidade ficou mais forte, política e patrimonialmente. De acordo com ele, o presidencialismo é injusto, porque personaliza o resultado, que é fruto de trabalho de equipe e desdobramento dos que me antecederam. "Dediquei minha energia e meus conhecimentos à defesa da classe e da instituição, o que não aconteceria sem o apoio que recebi. Acredito que cumpra minhas obrigações, com fidelidade aos meus ideais e lealdade àqueles que me elegeram. Verifico com satisfação que continuamos crescendo e melhorando", finaliza o ex-presidente da ADEP.

Com a inauguração oficial realizada no último dia 17, a Defensoria Pública de Minas Gerais passa a contar com uma sede ampla, bem equipada, com capacidade para atender confortavelmente os assistidos. O JD ouviu vários Defensores Públicos que relataram experiências vividas na antiga sede e a melhoria das condições de trabalho.

A nova sede da Defensoria veio auxiliar o trabalho do Defensor Público da área criminal, que agora conta com espaço físico para atender o assistido e elaborar as peças processuais. Outra vantagem é estar próxima do Fórum Lafayette.

Fabiano Torres Bastos - Defensor público da 5ª Vara Criminal, Defensor Público há 9 anos.

Passamos por uma fase de adaptação. O único problema foi a mudança precoce para a nova sede. Não tínhamos internet. Chegamos sem que as instalações estivessem completas. Aos poucos tudo foi sendo resolvido. Hoje percebo que houve uma grande melhora na estrutura do prédio.

Francisco de Assis de Castro Calcagno - Defensor Público na área de Direitos Humanos.

Achei que melhorou muito. Não contávamos com um espaço, computador nem telefone na área criminal. Hoje temos uma sala para dois defensores, dotada de computadores individuais e telefone. Agora podemos atender o assistido na sala e não mais no corredor do Fórum, como antigamente.

Luciana Moura Fonseca
Defensora área criminal

A Defensoria Pública cresceu muito. As instalações do novo prédio são excelentes e proporcionam todas as condições para que o defensor exerça suas atividades. A nova sede oferece ao assistido um conforto maior no atendimento e tudo isso vai refletir no papel da Defensoria para a sociedade. A partir do momento em que a Defensoria tem melhores condições de trabalho ela tem a oportunidade de oferecer um ótimo atendimento à população carente da nossa sociedade. Sempre houve muita luta dos nossos colegas defensores e temos que continuar a lutar para melhorar ainda mais a nossa Instituição.

Marcelo Carneiro Vieira - Defensor público da área de Família, há 12 anos no cargo.

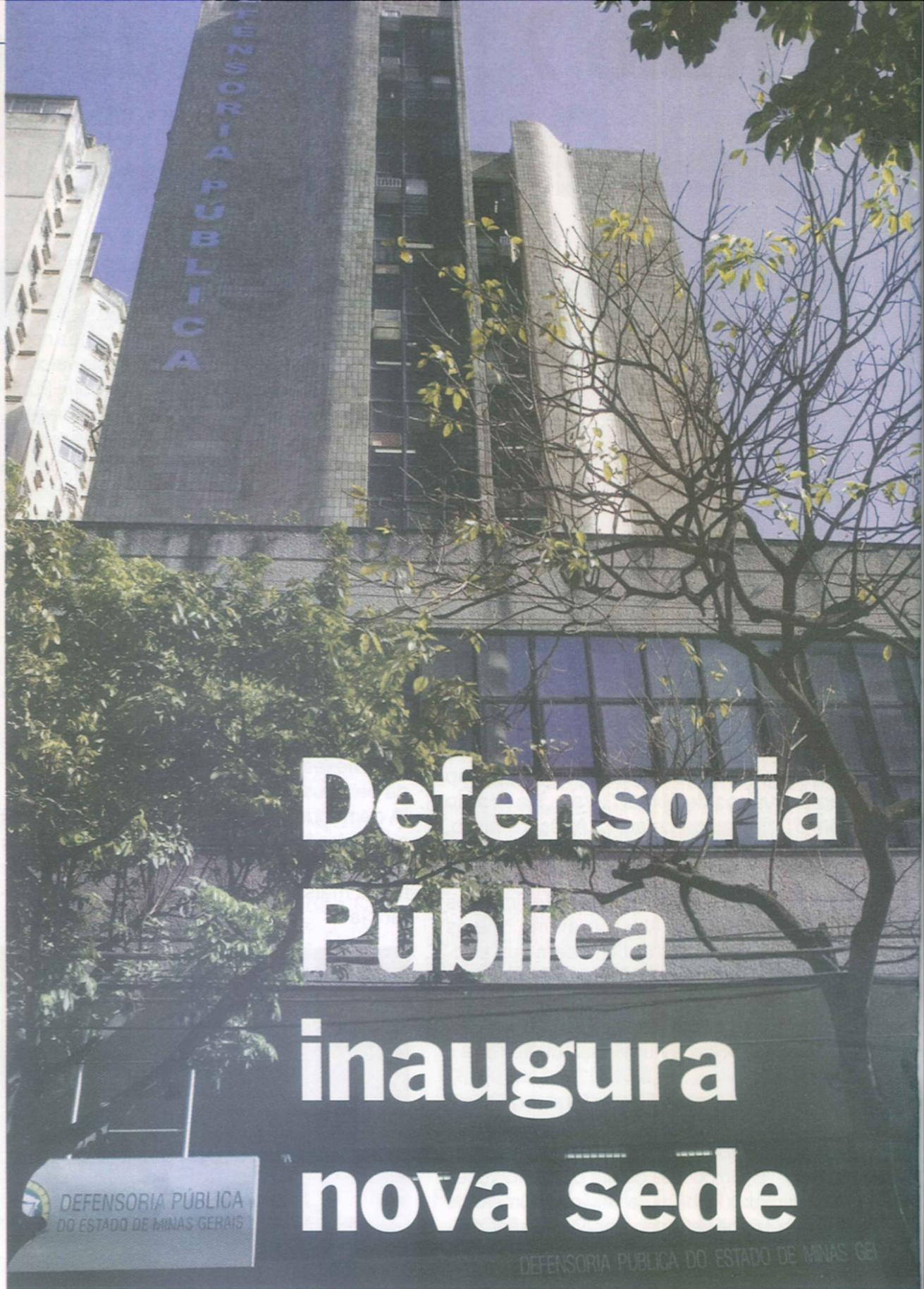
Quando eu entrei, em 1998, atendíamos na garagem de uma casa na rua Santa Catarina. A conquista da nova sede foi um grande passo na história da Instituição. Isto demonstra que a Defensoria começa a ser reconhecida pelo Governo do Estado na sua real importância. Reconhecemos os inúmeros avanços ocorridos nestes 10 anos, mas estamos cientes de que ainda há muito a se fazer, inclusive o preenchimento de todos os cargos de defensores que estão vagos.

Giovanni Rodrigues Mendes
Defensor Público da área cível,
há 10 anos na Defensoria Pública.

A infra-estrutura da Defensoria melhorou. Agora temos uma sala que permite um atendimento mais individualizado e privado ao assistido.

Alessandra Pereira Eler - Defensora Pública há nove anos, atua na área de Família.

Em relação à sede anterior, a atual é bem melhor. Ainda tem alguns problemas como a falta de ventilação. O prédio é muito fechado.



Defensoria Pública inaugura nova sede

O trabalho ficou bem mais fácil. Agora o maquinário é bom e são ótimas as condições de trabalho.

Bellini Figueiró Bastos - Defensor Público da área de precatória cíveis e registros públicos, há 22 anos na Defensoria Pública.

Entendo que foi um avanço para a instituição em razão da melhor estrutura para que os defensores possam atuar. A localização da nova sede também contribui bastante. Os assistidos estão sendo atendidos com mais conforto e dignidade. Em síntese, é mais uma conquista para a instituição. É um processo de consolidação do acesso à justiça à população carente.

Fernando Campelo Martelleto - Defensor Público do 1º Tribunal do Júri. (defensor há 3 anos)

A localização da nova sede da Defensoria é excelente porque está praticamente em frente ao Fórum. Um ponto negativo para nós, defensores, é a falta de estacionamento, que é disponível apenas para a coordenação e carros oficiais. Na sede antiga tinha estacionamento e algumas vagas para os defensores públicos.

Graciela Diniz Pacheco - Defensora pública há 10 anos- 8ª vara de família

A inauguração da nova sede, sem dúvida, é um marco histórico da Defensoria Pública de Minas Gerais e retrata o crescimento de nossa estimada Instituição, fato que deve ser louvado e atribuído, principalmente, a uma laboriosa equipe

de nobres colegas defensores públicos, corajosos e abnegados. Quem vivenciou, de perto, as dificuldades legais, estruturais e funcionais da Defensoria Pública de outrora pode afirmar que novos ventos sopram rumo à grandeza e reconhecimento da instituição, órgão que ganhou soberania e autonomia, cujo mistério em prol do carente é ímpar.

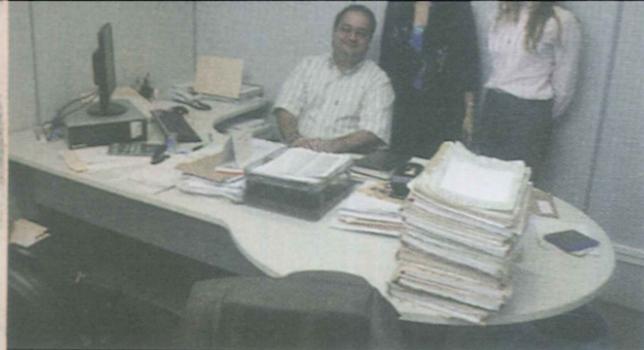
Esta conquista está sendo comemorada por todos, defensores públicos e funcionários. O nosso aplauso. Parabéns!

Vera Lúcia Oliva Gomes Guimarães - Defensora Pública de classe especial recém aposentada.

Aos que pouco querem para si, são entregues maiores tesouros. A nova sede da Defensoria Pública encheu com grandiosidade o vazio de nossa importância. Materializou parte essencial e fundamental da Justiça Mineira. Agora é continuar!

Isabel Cristina Raposo e Silva
Defensora atuando na 4ª vara criminal

A mudança da sede da Defensoria Pública permitirá atender os assistidos com mais conforto, além de proporcionar aos Defensores Públicos completa infra-estrutura para o exercício de suas atribuições. Os defensores da área criminal atendiam os assistidos no corredor do Fórum ou dentro das secretarias das Varas. Hoje contamos com gabinete reservado para os assistidos que se



Fotos: Divulgação

sentem mais à vontade para expor seus problemas. A proximidade da nova sede da Defensoria com o Fórum também facilitou muito nosso trabalho.

Daniela Duarte Quintão
Defensora Pública na área criminal

Estou muito feliz porque mudou da água para o vinho. Estou muito feliz porque os assistidos estão recebendo maior assistência e comodidade. Agora temos banheiro e cadeira. Antes não tínhamos nada. Vou aposentar daqui a seis meses com digni-

dade e consciência tranqüila vendo o dever cumprido. Fui pioneira e deixo a Defensoria com tudo de mais moderno possível. Cheguei à Defensoria quando ela funcionava na rua Goiás, onde não tínhamos nem cadeira para sentar. Não tinha nada. Depois a Defensoria passou a funcionar em uma casa simples na Praça Afonso Arinos. Era uma pobreza. Em seguida, a instituição teve a sede localizada no porão do Fórum. Os assistidos ficavam esquecidos. Depois, fomos para a rua Rio Grande do Sul, onde não tínhamos nem cadeira para sen-

tar e conseguíamos doações de móveis da Caixa Econômica Federal e Ministério Público. O que essas instituições não usavam mais era doado para a Defensoria e fazíamos uma seleção para ver o que ainda serviria para nós. Era triste. Vendo hoje toda essa evolução, vou me aposentar tranqüila e com a alma lavada porque vejo que nossos pobres estarão bem assistidos.

Lísia Corrêa Araújo Santos
Defensora Pública há 29 anos

Curtas

PEC 144

A luta para superar as resistências aos avanços da Defensoria Pública é intensa, e as representações classistas de todo o Brasil têm eivado esforços em prol dessa superação. Em Brasília, o Presidente da ADEP esteve com vários deputados federais e com o relator da PEC da Defensoria Pública, deputado federal Nelson Pellegino (PT-BA). Eduardo Generoso acredita no avanço das negociações.



Em Brasília, Eduardo Generoso e Defensores Públicos de todo o País com o relator Nelson Pellegino

Seminário

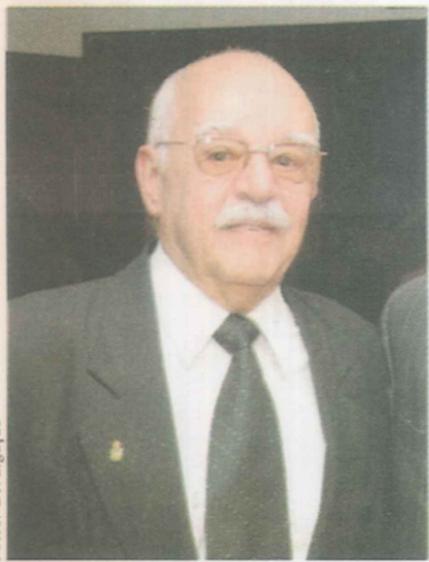
A Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP) selecionou quatro defensores públicos para participarem do Seminário de Capacitação em Direitos Humanos junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se realizará em quatro diferentes países. As despesas serão custeadas pelo Eurosócial – agência europeia parceira do Bloco dos Defensores Públicos do Mercosul e da Associação Interamericana de Defensoria Pública – AIDEP. Os selecionados são: Antônio Maffezoli (SP); Lisandro Luis Wottrich (RS); Renan Cajazeira Monteiro (CE) e Delma Gomes Messias (MG).

O Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) também fez uma indicação. Trata-se do Defensor Público de Mato Grosso, Clodoaldo Queiroz.

ADEP é convidada a integrar o JUSPREV

Em reunião na Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), em 28 de maio, o presidente da ADEP recebeu um convite para integrar o plano de previdência complementar denominado Jusprev. O plano congrega mais de 45 associações de magistrados, do Ministério Público e de profissionais de carreira jurídica de todo o país. Participaram da reunião (foto) o presidente da AMAGIS, juiz Nelson Missias de Moraes, o membro do Conselho Deliberativo do Jusprev, juiz Jair Eduardo Santana e a assessora jurídica, Fernanda Andrade. O plano será oficialmente lançado em Minas Gerais no dia 30 de junho. Os interessados já podem acessar o site (www.jusprev.org.br) para conhecer o Jusprev e fazer simulações.





Fotos: Divulgação

Otto Nunes Leite

conselheiro, tornando-se, posteriormente, presidente do Conselho. Em 2007 deixou o Conselho Penitenciário após 50 anos trabalhando no Estado. Otto Nunes falou ao Jornal do Defensor durante coquetel em noite de homenagens na sede da ADEP-MG. Acompanhe conosco trecho dessa conversa.

O caminho trilhado pelo senhor para chegar a Defensoria não foi o concurso.

Otto- Na época em que se criou a Defensoria Pública, todos aqueles assistentes judiciários mais antigos, como eu, que estavam lá desde 58, e o Dr. Renato Zurro, Dr. Valter de Freitas, fomos admitidos como Defensores Públicos, de 2ª Classe, porque nós já éramos os antigos. Promovido à Classe Especial, me aposentei em 87 e continuei como Defensor Público a pedido de colegas.

Como o senhor vê o cenário atual para o Defensor Público?

Otto- Precisa melhorar. O Defensor Público é um homem preocupado com as causas sociais. O Defensor Público tem que ser vocacionado. Se ele não for, deixa o cargo. A falta de concurso, de número suficiente de defensores públicos e de estrutura semelhante à do Ministério Público e à Magistratura fazem da Defensoria uma instituição instável. Não porque os que estão em atividade deixam de cumprir sua missão, mas porque são muito poucos e o trabalho é exaustivo, para que se preste um serviço, principalmente na área criminal,

à altura do Ministério Público. Eu conheço muito juiz que já me pediu para assumir a defesa porque o réu seria condenado por estar mal assistido. Lógico, se é na área criminal, se um advogado não está preparado, ele não vai ter sucesso. O defensor faz aquilo todo dia. Ele pode até não ser o melhor, mas faz aquilo todo dia. Ele está mais preparado para igualar o debate entre a acusação e a defesa.

Na sua opinião, o que melhor define a figura de um Defensor Público?

Otto- Para mim, o Defensor Público é um herói. Ele não se preocupa, às vezes, em ganhar dinheiro. Aliás, já aconteceu comigo e tive colegas que faziam isso: muitas vezes nós pagamos porque o cliente é tão pobre, tão humilde, que não tem condição de arrolar uma testemunha. Então a gente dá dinheiro para ele pagar a passagem da testemunha. Não é fácil ser Defensor Público. De modo geral, o réu é pobre. Trazer uma testemunha é muito difícil. E, por outro lado, a testemunha dele é sempre uma pessoa humilde que, além de tudo, tem medo de vir à Justiça. Nós temos, pela lei, o direito de equiparação ao vencimento do promotor. A realidade é que o promotor ganha duas, três vezes mais do que nós.

Uma lembrança feliz

Otto - Eu vivi três acontecimentos importantes no meu tempo de Defensor Público e de advogado. A indicação para presidente do Conselho Penitenciário foi uma delas. Rece-

bi, com muito orgulho, em ocasiões diferentes, duas medalhas: Tiradentes e Santos Dumont. Por serviços prestados ao Estado.

Uma nota triste

Otto - Desculpe, fico emocionado por poder tocar neste assunto e faço questão de que isso saia no Jornal do Defensor (JD). Quando diretor em Neves, eu fui processado por "facilitação de fuga" de um preso que jamais quis fugir. Nunca tentou fugir. Fui processado por facilitação de fuga e por prevaricação por haver eu concedido a ele regalias. Acontece que, quando eu fui para Neves, em novembro de 94, ele já estava lá na casa. Tomava conta de diretores e presos. Seu nome, Murilo Cunha Curi. Um preso de excelente conduta. Ele morava na casa do diretor. Só não continuou tomando conta porque eu não fui morar lá. Eu chegava às 7h30 e saía às 20 horas. Um promotor que, hoje, me parece, é juiz federal em Campinas, teve o desprazer de dizer que o Dr. Otto Nunes Leite, diretor da Penitenciária José Rodrigues Alkimin (nem o nome da penitenciária ele sabia), por medidas excusadas e interesses pessoais, havia cometido tal crime. Entrei com habeas-corpus, tiraram o artigo da facilitação de fuga, ficou o da prevaricação. Dr. Ariosvaldo, por quem eu tenho muita admiração — que Deus o tenha lá no reino dos céus — e o filho dele, Carlos Frederico, fizeram o habeas-corpus e a ação foi trancada no Tribunal.

Perfil



Guilherme Tinti Paiva

dia-a-dia de um profissional de sua área, ele dividiu com o Jornal do Defensor algumas de suas impressões. Confira conosco:

Quando foi que entrou para a Defensoria Pública?

Tinti - Entrei no concurso em 2006. Há dois meses estou na Defensoria Pública e admito que não tenho grande decepção. Eu vejo a dificuldade como incentivo para que nós, defensores públicos, consigamos para os assistidos os direitos que a Constituição lhes garante.

Poderia falar um pouco mais sobre o desafio?

Tinti- A Defensoria Pública é um desafio constante. Às vezes, a falta de reconhecimento do próprio poder público em relação à Defensoria Pública, o que representa o descaso do poder público com a própria sociedade, que deveria prestigiar, o que não ocorre, é

um agente complicador. Só que eu vejo essa adversidade como um grande estímulo na busca de reverter essa situação.

Descreva em rápidas palavras o que é, na sua opinião, a Defensoria Pública

Tinti - A Defensoria Pública é uma instituição que possui uma finalidade constitucional de transformação da realidade social. Eu tenho muita consciência da necessidade que a nossa sociedade tem de buscar o fundo do poço que existe entre aqueles que possuem acesso aos direitos fundamentais e aqueles que não possuem. A Defensoria Pública é uma instituição cuja função é proporcionar às pessoas que estão excluídas o acesso aos direitos fundamentais, a usufruí-los seja através de políticas públicas, seja através dos mecanismos judiciais de concretização dos direitos fundamentais.

Como o senhor, que acabou de chegar, vê a situação da Defensoria Pública hoje?

Creio que a Defensoria Pública irá ganhar espaço quando ela assumir o papel que eu entendo ser de vital importância, que é principalmente a atuação no campo dos direitos coletivos, do direito à moradia, do direito à saúde, do direito à educação. Quando a Defensoria Pública atuar de forma mais presente junto à sociedade, de maneira mais enérgica no meio de ações coletivas, ela conseguirá ganhar destaque no cenário e, com isso, reconhecimento na sociedade, de uma forma indiscutível nos próprios Poderes Públicos. Assumir um papel que hoje é ocupado pelo Ministério Público, que, por sua vez, não exerce de forma tão efetiva como eu vejo que a Defensoria Pública pode exercer, principalmente neste aspecto.